

A escrita

Luís Nogueira, Universidade da Beira Interior

“A escrita faz as palavras parecerem similares a coisas, pois pensamos nas palavras como marcas visíveis nos textos e livros” (Walter Ong).

Como convém, começemos pela etimologia do tema que nos interessa abordar. Originariamente “a palavra *escrita* significa *gravar, fazer uma marca*”. (Roland Barthes e Eric Marty 32). Esta ideia de marca, de sinal visível, leva estes autores a adiantar a ideia de que “o homem soube ler antes de saber escrever” ou, de outra forma, que “o acto de escrever teve origem no acto de ler” (RB e EM 32). Então, quais foram essas primeiras leituras? “As primeiras marcas, as primeiras inscrições que os homens viram foram os rastos dos animais sobre a neve, (...) os veios das pedras e das madeiras, as constelações representadas pelos traços que unem as estrelas. Aliás, segundo a tradição chinesa, a observação dessas marcas teria sugerido a invenção da escrita”, referem (RB e EM 32). Tratava-se, portanto não de uma leitura fonética, de letras, mas antes de sinais e signos. A relação da escrita com a fonética, ou seja, com a oralidade não é automática, como nos dizem diversos estudiosos. Para Barthes e Marty, “é possível definir a escrita como uma relação não necessária com o oral, relação segundo a qual o signo escrito não tem integralmente origem na palavra ou no auditivo, traduzindo-os, mas também, de uma maneira autónoma, no visual. Tudo se passa como se a escrita tivesse já sido inventada antes de ser posta em relação com a língua, antes de ser fonetizada” (RB e EM 32). Noutra ponto, afirmam que “a escrita não nasce do facto auditivo, não é apenas transcrição do falado no acto gráfico, tem origem no reconhecimento visual da marca” (RB e EM 32).

Concepção muito semelhante da relação entre a escrita – ou melhor: a gravação –, as palavras e as imagens tem Jack Goody. Para ele, “a base física da escrita é claramente a mesma do desenho, da gravura e da pintura – as chamadas artes gráficas. Dependem ambas, no fundo, da habilidade do homem para manipular ferramentas através da sua ímpar mão com polegar oponível, coordenada, claro, pelo olho, o ouvido e o cérebro” (Goody 3). E comple-

menta: “a escrita, portanto, tem as suas raízes nas artes gráficas, no desenho significativo (Goody 4). Tratar-se-ia, como podemos constatar etimologicamente, de uma escrita de imagens, uma iconografia: “estes desenhos vão do iconográfico (a que nos podemos referir também como o pictural, o figurativo) até ao arbitrário (o não-pictural ou abstracto)” (Goody 4). O percurso do figurativo ao arbitrário é o percurso que há-de conduzir, como veremos, ao alfabeto. Na opinião de Goody: “Conforme o desenho gráfico descaia para o pólo pictural (o pólo dos “índices naturais”) ou para o pólo formal ou arbitrário, a sua forma afecta a relação entre o significativo (os desenhos) e o significado. Num nível, um desenho pictural ou natural significa *o que quer dizer*. Noutra nível, isso não acontece: no alfabeto, os signos individuais por si são semanticamente insignificantes” (Goody 5). Este autor remete esta distinção para um outro debate acerca da caracterização dos signos, a qual se prende com a sua intencionalidade ou espontaneidade: “esta distinção no interior do desenho significativo entre o pictural e o arbitrário corresponde à mais vasta distinção semiótica operada por alguns autores entre *índices naturais* e *signa*. Os primeiros são auto-explicativos, enquanto os segundos são o resultado de uma escolha humana arbitrária” (Goody 6). Facto fundamental da escrita e traço distintivo em relação à oralidade é a situação de ausência: “a comunicação escrita é uma comunicação sem situação, *in absentia*, funcionando segundo a modalidade da disjunção temporal e espacial” (RB e EM 46). Consequência fundamental desta situação de separação espacio-temporal entre o momento da emissão e o momento da recepção é que “o texto escrito se baseia mais na sua auto-textualidade do que no seu contexto, ou seja, o princípio fundador da sua organização encontra-se na estruturação interna dos seus significantes. O discurso oral, pelo contrário, organiza-se em parte segundo a situação em que evolui” (RB e EM 46). Podemos constatar esse

facto nas preocupações com a ortografia, a pontuação, os parágrafos, a ordem do discurso e das ideias num texto escrito, os quais podem ser vistos como dispositivos de estruturação do texto que facilitam a sua leitura. A posição e o trabalho de interpretação do leitor é tido em conta. Já na comunicação oral, qualquer ambiguidade pode sempre ser desfeita através da interlocução presencial e instantânea.

Na escrita, “o sujeito que lê, ou que escreve, visa a obtenção de um máximo de correspondências com a conceptualização” (RB e EM 50). Ou seja, na escrita pretendemos explicar com a maior clareza as ideias. Tal operação é permitida pelo alfabeto, e pelo seu elevado grau de discriminação: “o alfabeto, como um sistema de signos para fonemas, é muito estruturado; um sistema silábico é-o um pouco menos e um sistema logográfico, que fornece signos para palavras, é ainda mais lassamente estruturado” (Goody 7). Portanto, com o alfabeto é possível registar a verbalização do pensamento conceptual com um máximo de clareza.

A noção de *user friendly*, em voga desde há uns poucos anos, é ancestral: poderemos encontrá-la na génese da tecnologia. O que é uma tecnologia senão a procura de soluções simples para problemas complexos? Tornar a tecnologia amigável é próprio do homem. Ela deve suprimir em grau tão elevado quanto possível o desgaste, físico ou intelectual, a que o ser humano é sujeito na consecução das suas tarefas. A escrita, tecnologia intelectual fundamental, não foge a essa regra: “a escrita é um meio de comunicação complexo, o que significa, paradoxalmente, que se baseia num princípio de menor esforço, ou seja, que o sistema tende, ao desenvolver-se, para uma economia máxima: dos pictogramas ao alfabeto” (Roland Barthes e Patrick Mauriès 147). Esta redução do número de elementos que necessitam ser dominados graficamente quando passamos da pictografia ao alfabeto tem desde logo uma vantagem: qualquer pessoa está habilitada sem um esforço extenuante a exprimir-se através da escrita. Nesse processo de redução dos signos gráficos assistimos ao processo que há-de conduzir da escrita de ideias (sintética) à escrita fonética (analítica). “Qualquer fonema (som), elemento assemantizado, é susceptível de se combinar com outros, segundo certas regras, para formar diversas palavras, e o trabalho de memorização, necessário à notação escrita, passando a efectuar-se apenas

sobre um número limitado de elementos (letras), reduz-se consideravelmente. Sistema económico, a escrita fonética pode ser silábica ou alfabética; o primeiro exemplo da escrita alfabética é o alfabeto consonântico fenício, matriz do moderno” (RB e PM 148).

Se estamos habituados a atribuir à escrita uma função nobre de expressão dos sujeitos, mormente pela ligação entre a escrita e a literatura enquanto forma de arte, devemos ter em atenção que nem sempre foi assim. E que o surgimento da escrita se prende, sobretudo, como o surgimento de qualquer tecnologia, com uma necessidade. “O acto de nascimento da escrita surge como uma espécie de pacto que liga de uma maneira fundamental as invenções económicas e a invenção da escrita. Os outros elementos registados como os calendários, as medidas de distância, adquirem um sentido novo com a aparição da cidade como fulcro do universo. (RB e EM 39). Referem os mesmos autores: “A escrita parece nascer das necessidades da economia pública e da administração; graças aos excedentes das colheitas, é possível manter um estrato privilegiado da população que irá responder às novas necessidades: sistemas de irrigação, problemas de propriedade, etc., que reclamam a existência de uma burocracia” (RB e EM 39).

A origem da escrita é, pois, de uma ordem bem prosaica e utilitária: “A origem da escrita é muito menos gloriosa do que a que lhe atribuem os povos; foi o comércio que permitiu a difusão da escrita no mundo mediterrânico; os fenícios, cujas escalas comerciais se espalhavam um pouco por todo o mundo grego, transportaram a escrita alfabética” (RB e EM 44). Inicialmente era à contabilidade e ao comércio que ela estava funcionalmente destinada: “historicamente, os laços entre a escrita e a economia são simples, pelo menos no mundo mediterrânico. A primeira necessidade alimentar é a que respeita à passagem de uma estação para outra, portanto à armazenagem, à contagem das reservas: nasce uma civilização de guarda-livros e notários. Todos os historiadores concordam em ligar a invenção da escrita, na Mesopotâmia, às necessidades económicas. Pode mesmo estabelecer-se um certo paralelismo entre a invenção do alfabeto e a moeda uniforme: como a letra é o mais pequeno denominador comum de todo o sentido e de toda a memória, a moeda é a medida de todas as coisas; a civilização compromete-se num processo de redução: das palavras

à letra, dos bens à moeda, sendo letra e moeda, em si mesmas, neutras, insignificantes” (RB e PM 153). Daí que se possa dizer que o surgimento da escrita e do dinheiro acontece coincidentemente, no mesmo processo. Como refere José Afonso Furtado, “no que se refere à função social da escrita, convém reter que as primeiras manifestações da escrita não tinham como fundamento transcrever a literatura ou a poesia, mas, sobretudo, manter as contas (impostos, contratos, etc.), difundir e conservar os éditos e leis, conservar nos túmulos a recordação de personagens importantes, ou seja, a gestão do Estado. Só muito mais tarde elas asseguram as funções que hoje lhes conhecemos, substituindo, em particular, a tradição oral na conservação da memória social, tanto no que diz respeito ao seu aspecto estético (epopeias, poemas, etc.) como ao seu aspecto tecnológico (transmissão dos saberes práticos, das técnicas)” (Furtado 33).

Por outro lado, deve também ser salientado que a escrita – contrariamente ao que possamos inferir empiricamente – não é uma actividade intrínseca ao ser humano: “ao contrário do que hoje tendemos a pensar, a escrita não é uma actividade natural da vida humana e durante largo tempo foi bem mais uma arte, um saber profissional, do que um saber de base” (Furtado 33). A escrita enquanto competência é, portanto, um género de privilégio e de poder: “a escrita foi vulgarmente o atributo de uma casta de funcionários ligados ao poder. O sistema alfabético, contudo, vai ocasionar uma verdadeira revolução” (Furtado 33). Se é certo que a passagem da escrita ideográfica (que requer um maior tempo de aprendizagem) à escrita alfabética instaura a possibilidade de mais pessoas acederem à expressão escrita, não deixa de ser verdade que ainda hoje, depois da passagem do manuscrito ao livro impresso, a escrita não é uma competência universalmente partilhada.

Tipos de escrita: da pictografia ao alfabeto

Habitúamo-nos a datar o surgimento da escrita no IV milénio A.C., na Suméria. Os mais antigos vestígios de uma forma de escrita tendencialmente fonetizada (a escrita cuneiforme, em forma de cunha, gravações em placas de argila com um estilete) foram aí encontrados. Neste tipo de escrita,

os registos procuram já de alguma forma emular a linguagem verbal: são signos gráficos que correspondem a conceitos, ideias, palavras.

Mas a existência de inscrições é historicamente datável num passado bem mais remoto. Como nos diz André Leroi-Gourhan, “os vestígios mais antigos remontam a 35000 A.C. Surgem ao mesmo tempo que os corantes e os objectos de adorno. São séries de linhas ou traços gravados em osso ou em pedra, pequenas incisões equidistantes que testemunham o começo da figuração (afastado do concreto figurativo) e as provas de manifestações rítmicas mais antigas” (Leroi-Gourhan 189).

Estas incisões com intervalos regulares “correspondem a contas ou a medições do tempo, e procuram assegurar a regularidade do sistema de referência cronológica ou da posse de animais” (RB e EM 35); progressivamente os entalhes e nós “vão assumindo uma função diferente: estes motivos abstractos servem de suporte táctil à recitação encantatória. (...) Por aqui se pode constatar a ligação existente entre a motricidade verbal ritmada e o grafismo” (RB e EM 35). Tratar-se-á nestes casos de dispositivos rítmicos cuja decifração seria acompanhada por uma verbalização, à qual serviam de auxílio mnemónico. Diz Leroi-Gourhan: “as figuras mais antigas que se conhecem não representam cenas de caça, animais a morrer ou cenas de família. São símbolos gráficos sem ligação descritiva, suporte de um contexto oral irremediavelmente perdido” (Leroi-Gourhan 191). A ser assim, começámos não por registar os objectos figurativamente, no sentido de uma reprodução realista do real, mas sim uma ideia abstracta dos fenómenos, das suas regularidades. “Particularmente interessante é o facto de o grafismo não ter começado por uma expressão *servil* e fotográfica do real, mas organiza-se, numa dezena de mil anos, a partir de sinais que parecem ter exprimido primeiramente os ritmos e não as formas” (Leroi-Gourhan 190). Esta preocupação inicial com o ritmo centrou-se nos ritmos da natureza, nas suas regularidades cíclicas: “a repetição é o meio de simbolizar o eterno retorno de significantes naturais. O domínio da ritmicidade natural permite integrar numa rede simbólica o regresso das estações, das horas, dos frutos, dos nascimentos; a ritmicidade controlada dos passos permite a simbolização das distâncias” (RB e EM 35). Diz Leroi-Gourhan: “temos agora a certeza que o grafismo começa não por uma repre-

sentação inocente do real, mas sim pelo abstracto” (Leroi-Gourhan 189). Essa primeira forma de representação abstracta teria, portanto, como objecto o ritmo e não os objectos. Mas a representação figurativa de objectos e acontecimentos acabaria por surgir. Trata-se da representação gráfica de ideias, a pictografia, que Leroi-Gourhan define como “a sucessão de desenhos figurando acções ou objectos para além do fonetismo” (Leroi-Gourhan 204). Jack Goody refere-se a este processo representativo da seguinte forma: “faculta e grava uma ideia ou ocorrência através de meios gráficos sem recorrer a palavras ou letras, constituindo uma das formas de escrita do pensamento directamente destinadas à visão, sendo a outra forma de comunicação desse género a linguagem gestual” (Goody 8).

Importante, a este respeito, é notar essa espécie de origem partilhada do desenho e da escrita. Na era pictográfica, podemos constatar uma “multiplicidade de sistemas de transcrição, o que mostra com nitidez a autonomia do signo escrito, da imagem, face à palavra. Assim, enquanto autónomas, as escritas diversificam-se segundo uma lei interna ao sistema gráfico; enquanto dependentes, as escritas seguem passo a passo a linguagem falada” (RB e EM 37). Esta multiplicidade de representações pictográficas atesta a autonomia do grafismo em relação aos sons da linguagem; ao mesmo tempo a rica diversidade expressiva das inscrições pré-históricas é afirmada por Leroi-Gourhan: “A arte paleolítica, pela sua grande expansão e abundância, fornece um testemunho insubstituível para a compreensão do que na realidade é a figuração artística e a escrita: o que surge, a partir do começo da economia agrícola, como duas vias divergentes, apenas constitui uma única” (Leroi-Gourhan 192). Se com o surgimento da agricultura assistimos simultaneamente à fonetização crescente da escrita, esta assenta num legado de representações gráficas que visam, conjuntamente com a oralidade, preservar algum conhecimento do passado. Diz Leroi-Gourhan: “Mitologia e grafismo multidimensional são normalmente coincidentes nas sociedades primitivas. E se eu ousasse utilizar o rigoroso conteúdo das palavras, seria tentado a equilibrar a mitologia, que é uma construção repousando no verbal, por uma mitografia, que é o exacto correspondente manual do verbal” (Leroi-Gourhan 195). Este estudioso fala de grafismo multidimensional a propósito do seguinte: “Em

muitos povos se verifica a presença de grupos de figuras coordenadas num sistema estranho à organização linear e, por consequência, às possibilidades de uma fonetização contínua” (Leroi-Gourhan 195). Não uma aposta na linearização da cadeia linguística dos enunciados, mas na pluralidade dimensional da informação visual, o que se pode confirmar nas palavras seguintes: “a escrita pictográfica designa uma apreensão absolutamente específica do real, diferente, em todo o caso, da escrita fonética: estas figuras estranhas a qualquer notação oral fonetizada, deixam entrever uma extensibilidade que a escrita ignora: multidimensional no espaço, escapa a qualquer subordinação ao eixo da palavra cuja característica fundamental é estar centrada na temporalidade do próprio fluxo (RB e EM 34). Leroi-Gourhan refere que “o simbolismo gráfico beneficia, relativamente à linguagem fonética, de uma certa independência: o seu conteúdo exprime, nas três dimensões do espaço, o que a linguagem fonética exprime na dimensão única do tempo. A conquista adquirida com a escrita foi precisamente a de fazer a expressão gráfica subordinar-se completamente à expressão fonética, pelo uso do dispositivo linear. Ao nível da pictografia, a ligação da linguagem com a expressão gráfica é de coordenação e não de subordinação” (Leroi-Gourhan 193).

Assim sendo, “neste período, a diferença entre escrita e desenho não é pertinente” (RB e EM 37). Deste modo podemos perceber que imagens e palavras, apesar de dispositivos expressivos e comunicativos diferentes, encontram, na sua representação gráfica e visual, a certificação da sua possibilidade de transcodificação. Se, por um lado, a subordinação da representação aos sons da linguagem haveria de conduzir ao alfabeto e, no limite, à literatura, por outro, a representação gráfica prosseguiria um caminho próprio, independente da fonetização e da escrita como normalmente a entendemos, cujo horizonte são as artes gráficas, a pintura, o desenho, a fotografia, o cinema.

No entanto, a escrita tenderia para a fonetização. “Os princípios na base da escrita propriamente dita coincidem de algum modo com a escrita por imagens. Objectos, acções e pessoas não podem ser separados dos seus símbolos linguísticos, de modo que mesmo os signos ou símbolos picturais operam tanto através de um canal linguístico como de um canal visual. O desenvolvimento principal assenta no grau

em que o sistema gráfico consegue duplicar o sistema linguístico, ou seja, na extensão da correspondência entre palavra e signo (semântica) e na correspondência fonética” (Goody 18). Assim sendo, a evolução nas representações gráficas revela “um pensamento ligado à evocação de esquemas com múltiplas dimensões por oposição ao sistema que fechou progressivamente as línguas no fonetismo linear” (Leroi-Gourhan 206).

Alfabeto e linearidade são, portanto, dois aspectos inseparáveis do sistema de escrita que é o nosso: “A escrita é uma estrutura autónoma que, no decorrer dos séculos, foi preenchida com a palavra; a escrita é uma estrutura que a pouco e pouco se fonetizou” (RB e EM 38). Esta evolução no sentido da fonetização da escrita é sumariamente descrita nestas palavras de Leroi-gourhan: “A partir das escritas sumero-acadianas, que desde 3000 AC comportavam um grande número de ideogramas em evolução para uma transcrição fonética, chegou-se às escritas de consoantes, de que o fenício é o mais antigo exemplo, aproximadamente em 1200 AC, a que se segue o alfabeto grego do século VIII AC” (Leroi-Gourhan 208).

Todo o processo começa com a pictografia, mas os signos tornam-se progressivamente mais abstractos e analíticos. “É necessário distinguir os ideogramas (que são geralmente definidos como signos gráficos que representam uma ideia) dos pictogramas (que usualmente são referidos quando um desenho representa uma mensagem sem referência a uma forma linguística)”, diz José Afonso Furtado (Furtado 30). “A escrita sintética, cuja característica principal reside na sua técnica dita de *escrita de frases*, é substituída pela escrita analítica ou escrita de por palavras” (RB e EM 40). Esta mudança é um passo fundamental no sentido da fonetização: “É evidente que a humanidade progrediu consideravelmente quando, passando da chamada escrita sintética à escrita analítica, conseguiu decompor uma frase em elementos, quando a cada signo começou a corresponder uma palavra. Quando a palavra pronunciada pôde finalmente ser isolada da frase, a escrita começou a estar na posse dos elementos que lhe permitiram chegar ao estado actual. (...) Há uma relação estrutural que une o escrito e o oral: a escrita já não é uma simples transcrição, mas produção da língua” (RB e EM 39). O processo, demorado, torna-se contudo imparável: “a fonetização, que também é devida à necessida-

de de significar palavras e sons insusceptíveis de serem convertidos em imagens, torna-se cada vez mais importante, e evolui para uma escrita silábica que exige a utilização de menos caracteres. Pode dizer-se que, a partir deste momento, o som começa a controlar de uma forma extremamente visível a economia da escrita” (RB e EM 42). A evolução é longa, a abstracção crescente e a separação entre escrita e desenho, ou entre representações gráficas de palavras e de imagens, torna-se nítida. “Os signos evoluíram, as imagens dos objectos (os signos-coisas) tornam-se cada vez mais abstractos; inicialmente, ao mesmo tempo que os objectos, os signos começaram a figurar ideias, depois palavras e finalmente sons (signos silábicos) para atingirem hoje a figuração de um único som. Trata-se de uma perda ou de um ganho? De uma escrita que parecia congenitamente associada à arte, pintura, escultura, arquitectura, hoje já só possuímos uma escrita reduzida, descarnada, de funcionalidade inequívoca” (RB e EM 42).

Quando o propósito da escrita se torna fazer corresponder um sinal a um som, estamos já bem longe das origens do grafismo – passámos definitivamente da representação de objectos ou de ideias à representação de sons e palavras. Em linguística, *alfabeto* designa “um sistema de signos gráficos que transcreve os fonemas de uma língua” (Emile Cazade e Charles Thomas 173). Para o bem e para o mal, com o alfabeto, é a própria ideia de civilização que está em jogo, com as questões de poder inerentes a qualquer mutação na esfera das tecnologias da informação e da comunicação. Surge a alfabetocracia (o poder proporcionado pelo domínio da escrita) e o analfabetismo, o reverso daquela (a impotência daqueles que não dominam a escrita). No entanto, apesar do analfabetismo, não devemos esquecer-nos que o alfabeto foi um importante dispositivo de democratização da escrita pela facilidade de aprendizagem que representa relativamente aos modos ideográficos anteriores.

Por outro lado, e de algum modo, podemos ver o alfabeto como uma espécie de fechamento de um processo de aperfeiçoamento: “na trama dos esforços da escrita, que é impossível reconstituir na sua continuidade, a passagem ao alfabeto corresponderia a uma certa forma de acabamento, a um maior grau de aperfeiçoamento” (EC e CT 173). E acrescentam os mesmos autores: “a escrita teria atravessado as metamorfoses das diversas formas figurati-

vas para chegar à verdade do sistema alfabético. A evolução seguiria a via triunfal de uma abstracção progressiva – do pictograma ao signo alfabético, passando pelo ideograma. Assim, a história da escrita pode ler-se retrospectivamente, segundo o próprio movimento da palavra alfabética na sua linearidade, a partir da sua fonetização final. Ordem linear cujo modelo mais absoluto (por ser o mais arbitrário) é precisamente o alfabeto, entidade ordenada por definição”. Como referem: “a revelação do sentido surge sempre no fim: da palavra, da frase, da narrativa” (EC e CT 173). O processo de abstracção e fonetização da escrita pode, portanto, ser visto como uma narrativa cujo desenlace final seria a constituição do alfabeto: “o signo, originariamente ligado à representação do objecto que designava, adquiriu um valor fonético independente. Independência em relação à singularidade de um referente, que seria completamente decifrável e compreensível na e pela sua inscrição, qualquer que fosse a língua a ser utilizada. É claro que é apenas esta independência em relação às línguas na sua especificidade que permite a limitação do número de sinais gráficos” (EC e CT 174). Adiantam os mesmos autores: “é com o alfabeto grego, que se aproxima o mais exactamente possível de uma tradução exaustiva da língua falada, que a escrita atinge a forma estável e durável sob a qual a conhecemos. A força da invenção do alfabeto grego consiste em propor um sistema no interior do qual signos separados – as letras – representam cada um isoladamente um som da língua: consoante ou vogal” (EC e CT 175). Assim, com um número limitado de caracteres podem representar-se todas as mensagens, todos os enunciados, todos os textos.

Diz Jack Goody a propósito deste processo evolutivo: “entre 3500 AC e 3100 AC o sistema gráfico sofre uma importante mudança. Este período assistiu também ao surgimento de cidades cuja economia se baseava no comércio tanto como na produção, especialmente Uruk, o maior centro urbano da Mesopotâmia, local onde se encontraram as primeiras placas de argila com inscrições. (...) O aumento tanto na produção como no comércio encorajou a elaboração de dispositivos de gravação necessários para inventários, envios, pagamentos e cálculo dos prejuízos e lucros” (Goody 26). E diz mais: “Os primeiros sistemas de escrita sumérios não possuíam uma preocupação comunicativa no sentido corrente do termo, ou com a escrita de relatos míticos

ouais ou a escrita de poesia, ou seja, com propósitos literários. Eram meras listas de objectos representados pictoricamente lado a lado com a indicação das quantidades através de cruzes, círculos e outras figuras”.

Possuindo as línguas mesopotâmicas muitas palavras monossilábicas, a cada sílaba podia fazer-se corresponder um signo gráfico. Esse signo gráfico corresponderia depois à consoante da sílaba – assim se chega ao alfabeto consonântico. “A escrita por *rebus* dissocia o som e o significado da palavra, o que constitui o princípio básico dos sistemas fonéticos, quer silábicos quer alfabéticos” (Goody 34). A vantagem de um sistema silábico prende-se com o número de signos que têm de ser dominados: “os sistemas de escrita silábicos, cujos silabários se baseavam em signos pictográficos anteriores, usavam um número limite de signos que os tornava mais fáceis de aprender e utilizar”. Este processo de abstracção leva a que haja, como diz Goody, “duas perspectivas acerca da invenção do alfabeto: a primeira sustenta que este foi inventado na Grécia, cerca de 750 AC; a segundo que ele foi inventado cerca de 1500 AC, pelos povos semitas. Em certos aspectos, ambas estão correctas, a primeira referindo-se a um alfabeto completo, constituído por vogais e consoantes; a segunda referindo-se a um alfabeto consonântico” (Goody 40). A novidade introduzida (ou reintroduzida) pelos gregos são as vogais, as quais tinham sido abandonadas pelo alfabeto fenício. “A invenção do alfabeto conduziu a uma considerável diminuição do número de signos e a um potencial quase ilimitado tanto na sua capacidade de transcrever a fala como na sua disponibilização para a população em geral” (Goody 55). A depuração dos sistemas de escrita até se chegar ao alfabeto teve consequências imediatas – como diz Goody, “a difusão do alfabeto foi extensa e rápida” (Goody 49) –, mas teria consequências muito posteriores: “foi o número limitado de signos alfabéticos que permitiu à Europa o aproveitamento dos benefícios do tipo móvel, usado anteriormente no Oriente” (Goody 56), diz o mesmo autor.

Formatos: o rolo e o codex (códice)

Na leitura, tendemos, quase sempre, a dedicar muita atenção ao texto, ao conteúdo, e muito pouca ao suporte e aos formatos que estes determinam. Devemos, no entanto, ter em conta, como diz Roger

Chartier, “as consequências de significado produzidas pelas formas materiais” (Chartier 7). Isto porque toda a leitura implica a decifração de sinais gráficos inscritos num determinado suporte: “os leitores nunca são confrontados com textos abstractos, ideais, desligados de qualquer materialidade: manejam ou apreendem objectos e formas cujas estruturas e modalidades dirigem a leitura (ou a audição), por conseguinte a possível compreensão do texto lido (ou ouvido)” (Chartier 14). Assim sendo, “é preciso considerar que as formas produzem sentido e que a um texto, estável na letra, é atribuído um significado e um estatuto inéditos quando se alteram os dispositivos que o propõem para a interpretação” (Chartier 14). A este propósito, refere José Afonso Furtado: “se entendermos o livro como fazendo parte dos sistemas de comunicação, facilmente se verifica que, tal como o entendemos hoje, o seu aparecimento é tardio e posterior a diversas tentativas de conservação e transmissão do conhecimento. Tentativas que não podem ser desligadas dos seus diversos suportes e formas tradicionais, alguns efémeros e que rapidamente desapareceram, outros que a história reteve pelo facto de serem a um tempo manuseáveis, relativamente fixos e susceptíveis de evoluírem” (Furtado 25).

Se a escrita possui a sua história, com os suportes daquela o mesmo acontece. Suportes e formas de escrita estão intimamente ligados: “a procura de suportes adequados para escrita foi sempre uma preocupação: no início a madeira ou cascas de árvore – um suporte demasiado provisório e não reutilizável. Depois, na Mesopotâmia (terceiro milénio a.C.), a argila. No Egipto, privilegiou-se o papiro, uma planta que crescia nas margens do rio: absorvia e conservava bem a tinta e era macio, o que permitia uma escrita fácil. Vai ser o suporte de escrita privilegiado em todo o mundo antigo mediterrânico. Permitiu o surgimento de bibliotecas e o comércio livreiro e por ser raro e precioso só era acessível aos mais poderosos”. Continuando com o inventário: “Mais tarde há-de surgir o pergaminho, o material mais utilizado no mundo medieval. Feito a partir de pele de animais, a sua manufactura é lenta, exigindo várias lavagens e exposição ao ar em pilhas. Menos prestigioso que o papiro, continha contudo diversas vantagens: era mais resistente e libertou o Ocidente da dependência em relação ao fornecimento de papiro pelo Médio Oriente. Podia ser e

foi muitas vezes reutilizado, pois o seu fabrico era muito dispendioso – a reutilização dá origem a palimpsestos: o texto antigo é visível sob o mais recente”. A seguir ao pergaminho haveria de surgir o mais importante suporte da escrita antes dos ecrãs de computador, e quem sabe mesmo apesar destes, o papel: “No século VIII, a técnica de fabricação do papel, já dominada há séculos pelos chineses, torna-se conhecida dos árabes. Só no século XI entra na Europa, através da Espanha árabe e a sua disseminação é extremamente lenta: era caro, imperfeito, frágil, inapropriado para os pigmentos dos iluminadores. Desenvolvimentos no processo de secagem permitiram uma melhor utilização, e tornou-se indispensável para a impressão de livros” (Furtado 34). Resumidamente, esta é a linha de desenvolvimento histórico dos suportes da escrita. Mas os suportes condicionam os formatos e também estes possuem a sua história, cuja compreensão é fundamental para entendermos a nossa relação com a informação, o seu tratamento e o seu acesso. A este propósito é importante referir os dois formatos históricos fundamentais do livro: o rolo e o códice. “Os mais antigos livros têm a forma de rolo ou *volumen* de papiro. A maior parte dos *volumina* tinham 25 centímetros de altura e 7 a 10 metros de comprimento. Na sua grande maioria eram em *scriptura continua*. O *volumen* latino, de papiro ou pergaminho, apresenta regra geral as mesmas dimensões e o mesmo princípio da *scriptura continua* dos manuscritos egípcios ou gregos. O texto desenvolvia-se por colunas paralelas de 15 a 30 caracteres e cada coluna continha entre 25 e 45 linhas. O livro era concebido para ser desenrolado à medida que o leitor passava de uma coluna a outra. A leitura devia assim ser contínua. Qualquer retorno ou antecipação pressupunha uma manipulação difícilíssima deste objecto elegante e frágil. E qualquer consulta pontual era tanto mais difícil quanto não possuía nem tábua nem índices” (Furtado 37). As dificuldades levantadas pelo manuseamento deste tipo de livros haveriam de ser vencidas pela introdução de um novo formato: o códice, a forma do livro tal como o reconhecemos actualmente. Diz Furtado: “O aparecimento do codex é, para muitos autores, a mais importante revolução da história do livro. Kilgour considera-o a moderna forma do livro, considera-o a mais eficiente técnica existente para armazenar e pesquisar informação; uma vez introduzido veio para ficar 2000 anos. Esta nova

forma de livro só seria desafiada no século XX com os computadores. É incerta a data do seu surgimento (há referências do séc. I), mas deverá ter derivado da invenção do pergaminho: por norma o formato do rolo é utilizado para o papiro e o códice para o pergaminho. O fabrico do códex passava pela dobragem de uma folha de papiro num único conjunto para produzir várias páginas (que podem ser escritas dos dois lados), depois cozidos e encadernados” (Furtado 38). Aquela ideia de revolução fundamental na nossa relação com a escrita e a leitura é, do ponto de vista formal, ou seja, das formas de organização e disponibilização da informação, apenas rivalizada com as novas tecnologias digitais, e sobretudo com o hipertexto. Diz Chartier: “A revolução (hipertexto) que começou é, antes de mais, uma revolução de suportes e de formas que transmitem a escrita. Neste aspecto, tem apenas um antecedente no mundo ocidental: a substituição do livro em forma de rolo pelo livro composto por cadernos encadernados, nos primeiros séculos da era cristã” (Chartier 142). E adianta alguns motivos para a adopção do codex: “por um lado, a utilização dos dois lados do suporte reduz, sem dúvida, o custo de fabricação do livro. (...) Por outro, o codex permite incontestavelmente reunir uma grande quantidade de texto num volume mais pequeno. (...) Finalmente, é inegável que o codex permite uma sinalização mais fácil e um melhor manuseamento do texto: torna possível a paginação, a criação de índices, a comparação de uma passagem com outra” (Chartier 144). E acrescenta: “para ser lido, portanto desenrolado, um rolo tem de se segurar com as duas mãos. Daí, como demonstram os frescos e os baixos-relevos, a impossibilidade para o leitor de escrever ao mesmo tempo que lê e, assim, a importância do ditado em voz alta. É com o codex que o leitor conquista a liberdade: pousado em cima de uma mesa ou de uma escrivaninha, o livro em cadernos já não exige uma total mobilização do corpo. O leitor pode distanciar-se, ler e escrever ao mesmo tempo, passar à vontade de uma página para outra, de um livro para outro” (Chartier 145). Através destas constatações se torna facilmente perceptível o paralelismo entre a introdução do códice e o surgimento do hipertexto no que à acessibilidade e consulta de informação respeita. Outras vantagens podem ser identificadas na adopção do códice: ocupam menos espaço nas bibliotecas, podem ser usados em viagem, são mais manuseáveis e,

importante, seguram-se com uma só mão. Significa isto que o codex, ao contrário do rolo permite a leitura e a escrita em simultâneo. É com o codex que o leitor conquista a liberdade: pode ler e escrever ao mesmo tempo, passar de uma página para outra, de um livro para outro. Por outro lado, o códice podia ser separado, reunido e refeito como se quisesse. Além disso, e muito importante, tornou-se possível o acesso não linear ao conteúdo (ao contrário do rolo). Acesso não linear, tantas vezes referido a propósito do hipertexto que tem aqui, de algum modo, o seu antecedente. Contudo, apesar desta coincidência formal, não podemos deixar de notar as singularidades dos novos formatos textuais facultados pelas tecnologias numéricas: “a revolução do texto electrónico será também ela uma revolução da leitura. Ler num ecrã não será como ler num codex. (...) Às relações de contiguidade, estabelecidas no objecto impresso, opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à apreensão imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo objecto que a contém, faz suceder a navegação de longo curso por arquipélagos textuais sem margens nem limites” (Chartier 142). Os computadores e as redes representariam assim mais um passo revolucionário no tratamento, organização, disponibilização e acesso à informação. Mas outras houve: “uma revolução técnica não pode ser decretada. Também não pode ser suprimida. O codex venceu e ocupou o lugar do rolo – apesar de este, com uma forma diferente e outras utilizações (especialmente de arquivo), ter atravessado toda a Idade Média. E a imprensa substituiu o manuscrito como forma maciça de reprodução e de difusão dos textos” (Chartier 153). É da passagem do manuscrito ao livro impresso que nos ocuparemos a seguir.

Produção: o manuscrito e a prensa

Na Idade Média, os livros só sobrevivem devido à religião. A leitura e escrita tornam-se fundamentais para uma religião monástica e missionária. Como diz Furtado, “no fim da época antiga desaparece a produção de livros por pessoas privadas ou pelo comércio, e a fabricação e cópia de manuscritos passa para a mão das igrejas e mosteiros. Os *scriptoria* passam a ser os principais focos da produção europeia de livros” (Furtado 42). Poucos livros e pouco acessíveis é a situação vivida durante séculos. Até que uma inovação de monta,

das mais relevantes na história da humanidade, há-de dar-se no início do século XV: “Toda a situação da escrita se vai alterar entre 1430 e 1450 com a invenção da técnica de reprodução em série de textos, uma revolução técnica que altera os modos de reprodução dos textos e da produção de livros. Com os caracteres móveis e com a prensa de impressão, a cópia manuscrita deixa de ser o único recurso disponível para assegurar a circulação do livro” (Furtado 45). “Ao nível económico, a imprensa arrasta consigo uma revolução na própria concepção de produção. Com a imprensa, surge a noção de repetição, de multiplicação, em séries idênticas, de um mesmo objecto uniforme e reproduzível. A página impressa, multiplicada em inúmeros exemplares, e a invenção de uma máquina-utensílio em que a mão do homem está ausente transformaram, efectivamente, a própria ideia de produção; pode dizer-se que a imprensa constituiu o acto de nascimento da indústria, uma vez que a mecanização da arte de escrever foi provavelmente a primeira redução de um trabalho em termos mecânicos – ao mesmo tempo nascem, com a imprensa, os *mass media*” (RB e EM 55). Pode então facilmente constatar-se a multiplicidade de implicações e consequências desta invenção.

A introdução da imprensa não é no entanto um processo rápido e de ruptura: há críticas contra o excesso de livros; as cópias à mão continuam até ao século XVIII; os livros inicialmente impressos são reproduções de textos manuscritos (são assim os primeiros incunábulo – ou seja com a imprensa acontece mais a imitação do que a inovação); os manuscritos continuam a auferir de prestígio pela qualidade dos seus acabamentos e pelo valor da caligrafia e das iluminuras. Apesar de tudo isso, a produção em série substitui as técnicas artesanais dos escribas e o livro torna-se o primeiro objecto artesanal a ser profundamente alterado pelos meios mecânicos de produção. Doravante, a carga afectiva do objecto-livro (antes personalizado) vem do seu papel na vida pessoal do seu proprietário, das recordações que evoca, bem mais do que da sua aparência material.

Se a imprensa vai permitir a diminuição dos custos de produção e abreviar a duração da produção dos livros, tornando-os inevitavelmente mais acessíveis, no que toca ao livro em si, como veículo e processador de informação, a importância da imprensa deve ser relativizada, uma vez que a forma do livro como o conhecemos (o códice),

bem como as tábuas de matérias ou índices provêm já do manuscrito. O que a imprensa haveria de permitir são importantes transformações sociais: “uma sociedade de elites vai progressivamente diluir-se numa sociedade de massas. Para alguns é precisamente o aparecimento da impressão que permite a passagem do Ocidente para a Idade Moderna. Outros afirmam que na história da cultura humana não há acontecimento que tenha a importância da impressão com tipos móveis. Foi o surgimento da galáxia de Gutenberg, como diz McLuhan” (Furtado 46). Como diz Chartier, “é durante os séculos decisivos em que o livro copiado à mão é progressivamente substituído por aquele que é composto por caracteres móveis e impresso através da prensa que adquirem força gestos ou pensamentos que continuam a ser os nossos” (Chartier 5). Esta passagem do manuscrito à impressão é vista por muitos autores como fundamental para a civilização ocidental: para Henri-Jean Martin e Lucien Febvre este é o momento da “aparição do livro”; para Elisabeth Eisenstein trata-se da “revolução da imprensa”. Posições discutíveis, contudo, uma vez que, como refere Chartier, “é óbvio que, nas suas estruturas essenciais, o livro não sofre alterações com a invenção de Gutenberg. Por um lado, pelo menos até por volta de 1530, o livro impresso mantém-se muito dependente do manuscrito: imita as suas paginações, as escritas, as aparências, e, principalmente, considera-se que deve ser terminado pela mão: do iluminador que pinta iniciais ilustradas ou ornadas com figuras; a mão do revisor, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor que regista nas margens notas e indicações” (Chartier 133). Assim, “essencialmente, antes como depois de Gutenberg, o livro é um objecto composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos ligados uns aos outros. Deste ponto de vista, a revolução da imprensa não é de modo algum uma aparição do livro. É doze ou treze séculos antes da nova técnica que o livro ocidental encontra a forma que permanecerá a sua na cultura do impresso” (Chartier 134).

A imprensa, e o seu desenvolvimento, permite ainda, sobretudo na segunda metade do século XVIII, a passagem de uma *leitura intensiva* a uma *leitura extensiva*. Diz Chartier: “O leitor intensivo é confrontado com um corpus limitado e fechado de textos, lidos e relidos, memorizados e recitados, ouvidos e decorados, transmitidos de geração em geração. Os textos reli-

giosos, e em primeiro lugar a Bíblia, são os alimentos privilegiados dessa leitura, cheia de sacralidade e de autoridade. O leitor extensivo, o da *fúria de ler*, que se apodera da Alemanha na época de Goethe, é um leitor completamente diferente: consome muitos e diversos impressos, lê-os rápida e avidamente, exerce acerca deles uma actividade crítica que já não retira nenhum domínio à dúvida metódica” (Chartier 139). Se bem que esta separação tipológica da leitura deva ser aceite com precaução e permita certamente identificar excepções, pode-se verificar a existência na segunda metade do século XVIII de uma revolução da leitura. Uma relação comunitária e respeitosa com a leitura, feita de reverência e submissão, dá lugar a uma leitura livre, desenvolta e sem reverências. Há ainda uma secularização da leitura: esta não só se desliga dos ritos e usos religiosos, mas também se faz sobre os livros profanos. É no “aumento da produção do livro”, na “multiplicação e transformação dos jornais”, no “sucesso dos pequenos formatos”, na “redução do preço do livro”, na criação das “sociedades de leitura”, nas “livrarias de empréstimo” que Chartier identifica os factores dessa mudança (Chartier 141). *Fúria de ler* que é vista por muitos como “um desregramento dos sentidos e da imaginação” (Chartier 142). Ou seja, se a leitura pareceu ameaçada no século XX e muitos discursos se levantaram pela sua preservação, antes tinha sido a sua vulgarização a suscitar discursos condenatórios. Resistências que talvez se entendam se pensarmos que com a leitura extensiva se altera radicalmente a atitude para com o texto: a leitura intensiva repetitiva supunha que o leitor estivesse convicto do carácter inesgotável do texto lido e que enquanto leitor não era nem competente para julgar a autoridade de um livro nem estava autorizado a fazê-lo; ao contrário da leitura extensiva que, essa, implicava que o texto deixasse de possuir autoridade definitiva. Passa-se do religioso para o secular, do auto-suficiente para o comercial ou da raridade para a abundância.

Importante consequência da imprensa é que esta, como meio de comunicação de massas (ou seja, o primeiro meio com carácter moderno), permitindo a circulação da escrita numa escala inédita, criou a ideia de público. Foi também durante o período em que as práticas do impresso vão cumprir o seu percurso até à sua instituição, entre os séculos XV e XIX, que o sistema educativo contemporâneo ganhou forma,

com uma estrutura curricular essencialmente devotada ao ensino da leitura, da escrita e de técnicas abstractas de manipulação numérica.

A importância da imprensa sobre os modos de leitura poderá ser também identificada na passagem da leitura oralizada para uma leitura silenciosa. Segundo Chartier, “ocorre nos mosteiros entre os séculos VII e XI, atinge as escolas e as universidades no século XII e as aristocracias laicas no século XIV. A sua condição é a introdução da separação entre as palavras pelos escribas irlandeses e anglo-saxões da Alta Idade Média, e os seus efeitos são extremamente importantes, abrindo a possibilidade de ler mais rapidamente, portanto de ler mais textos, e mais complexos” (Chartier 136). Além disso, segundo este autor, “no século XII a escrita deixa de possuir apenas uma função de conservação e de memorização, e é composta e copiada com a finalidade de uma leitura, de um trabalho intelectual. A um modelo monástico da escrita sucede, nas escolas e universidades, um modelo escolástico. No mosteiro, o livro não é copiado para ser lido, antes, acumula o saber como um bem patrimonial da comunidade e contém hábitos antes de mais religiosos: a *ruminatio* do texto, verdadeiramente incorporado pelo fiel, a meditação, a oração. Com as escolas urbanas, tudo muda: o local da produção do livro que passa do *scriptorium* para a oficina do diácono; as formas do livro, com a multiplicação das abreviaturas, dos sinais e dos comentários, e o próprio método da leitura, que já não é participação no mistério da Palavra, mas sim decifração regulada e hierarquizada da letra, do sentido e da doutrina” (Chartier 139)

O estilo de escrita acabaria por sofrer também importantes transformações com a imprensa. Se “a matéria dos manuscritos antigos é feita de textos destinados a serem fixados para sempre na memória dos leitores” (RB e EM 56), a imprensa “permite o desenvolvimento de um estilo especificamente escrito (ou impresso): as interrupções, os “apartes”, os parênteses, as frases incisivas, os sinais de pontuação” (RB e EM 52). Por outro lado, se o registo manuscrito se baseia na tradição oral, num sistema de fórmulas estabelecido para encontrar e assimilar os conhecimentos (provérbios, máximas, querelas, disputas, etc.), com a imprensa tais marcas de oralidade vão desaparecendo dos textos, assumindo estes as suas formas próprias de organização e exposição da informação.

Como refere Chartier, “as variações das modalidades formais de apresentação dos textos podem portanto modificar-lhes o registo de referência e modo de interpretação. Assim acontece, em grande escala, com a principal mutação da passagem para o impresso, entre os séculos XVI e XVIII: o triunfo definitivo dos brancos sobre os pretos, através da multiplicação dos parágrafos que quebram a continuidade ininterrupta do texto e a das alíneas que tornam imediatamente visível, pelos recursos e formação de parágrafos, a ordem do discurso. Uma nova leitura das mesmas obras ou dos mesmos géneros é assim proposta pelos seus novos editores, uma leitura que fragmenta os textos em unidades separadas e que reencontra na articulação visual da página a leitura, intelectual ou discursiva, do argumento” (Chartier 25).

A imprensa haveria de proporcionar também o surgimento dos livros de bolso e a sequente constituição de uma cultura popular, de um público alargado (séc. XVII e XVIII). A produção em grande escala está em vias de se instituir. Cresce a quantidade de informação, aumentam as dificuldades para lidar com ela. Com a imprensa, o leitor é confrontado com uma enorme memória colectiva, que já não pode fixar integralmente: assiste-se, assim, a um fenómeno de exteriorização acrescida da memória, começada com a escrita e cujo estado supremo parece ser o computador. Voltam, desse modo, anseios antigos: “através de figuras diversas, o sonho de uma biblioteca reunindo todos os saberes acumulados, todos os livros alguma vez escritos, atravessou a história da civilização ocidental” (Chartier 96). Lembremo-nos a este respeito do caso exemplar da Biblioteca de Alexandria. O desafio ganha, no entanto, com a imprensa, novas proporções: “reunir todo o património escrito da humanidade num único lugar revela-se, contudo, uma tarefa impossível. Ao multiplicar títulos e edições, a imprensa arruinou qualquer esperança de exaustão. Desde então, até para aqueles que consideram que uma biblioteca deve ser enciclopédica, é necessário seleccionar” (Chartier 98). Com a imprensa a tensão entre qualidade e quantidade de informação e conhecimento agudiza-se. À diversidade e quantidade crescente do número de obras corresponde, por outro lado, uma multiplicação dos leitores: em meados do século XVII, o mercado do livro, até então sobretudo latino e europeu, vai fragmentar-se segundo as áreas nacionais e abandona-se a moda dos grandes forma-

tos em favor de livros pequenos, pouco caros e de consumo corrente. Ao volume erudito sucede o livro de vulgarização destinado a um público alargado. A leitura vai passar para a intimidade de um espaço separado da comunidade, permitindo assim a reflexão solitária. Esta privatização da prática da leitura é uma das mais importantes evoluções culturais da modernidade. Por isso, podemos constatar que, “mais que a escrita, o que fundou o sujeito ocidental como sujeito de razão foi a imprensa, ou seja, a escrita suportada por uma tecnologia, por um lado, e a Escrita como técnica, por outro” (RB e EM 54). Ou seja, se “as civilizações que não conheciam o impresso davam uma importância preponderante a discursos já conhecidos e de comprovado sucesso junto do público”, a partir da imprensa, “o texto procura, se não a originalidade do conteúdo, pelo menos a da escrita” (RB e EM 56).